



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA

ESTUDOS PRELIMINARES

Registro de Preços de Certificados Digitais ICP-Brasil com fornecimento de dispositivos *tokens* criptográficos para seu armazenamento e visitas técnicas para emissão de Certificados.



Assinado digitalmente por DANIEL AZEVEDO FERREIRA, ERICK JOHNY MACIEL BOL, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA, ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE e DANIEL FONTES PEREIRA.
Documento Nº: 2297323.15084515-7133 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



PAPRO201904240V02



1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Visando garantir a identificação legal e inequívoca, no âmbito da rede mundial de computadores, de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e garantindo continuidade aos projetos de “Processo Administrativo Digital”, “Protocolo Integrado”, “SigaDoc”, “Devolução Eletrônica de Mandados” e “Alvará eletrônico”, existentes no Sistema Libra e PJe (Processo Judicial Eletrônico), bem como o uso dos sistemas externos de informações e processos judiciais (Infojud, Renajud, Bacenjud, Serasajud, SEEU e PJe – CNJ), é peremptória a necessidade da aquisição de novos certificados digitais, além de sua renovação constante e gradual dos que estão próximos ou que já tenham expirado sua validade.

Os sistemas integrantes do processo de modernização do poder judiciário demandam do magistrado e do servidor, assim como de todos os documentos gerados por estes, o não repúdio de suas atividades, garantindo a autenticidade mediante o uso dos certificados digitais.

O certificado digital é um documento eletrônico que funciona como uma identidade virtual que permite a identificação segura e inequívoca do autor de uma mensagem ou transação feita em meios eletrônicos, como a web. Esse documento eletrônico é gerado e assinado por uma terceira parte confiável, ou seja, uma Autoridade Certificadora (AC) que, seguindo regras estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, associa uma entidade (pessoa, processo, servidor) a um par de chaves criptográficas. Os certificados contêm os dados de seu titular conforme detalhado na Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora.

2. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Os referidos projetos, alinham-se estrategicamente com os temas da Eficiência Operacional, Acesso aos Sistemas de Justiça, Alinhamento e Integração, do Planejamento Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Pará visando promover a integração e celeridade na prestação dos serviços e aumentando a eficiência da atividade meio, assim como na atividade fim.

3. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Para definição e especificação dos requisitos da demanda foram feitos os seguintes levantamentos:

Definição dos requisitos do objeto

3.1.1. Estimativa das quantidades

Itens	Quantidade	2020
1 Certificado digital A3 para pessoa física (e-CPF)	200	100%
2 Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 para pessoa física (Cert-JUS)	1000	100%
3 Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)	1	100%





4	Visita técnica para validação e emissão de certificados digitais	40	100%
5	Certificado digital wildcard para servidores web do tipo A1 24 meses	2	100%
6	Certificado digital remotelD A3 para pessoa física (e-CPF) 60 meses	2	100%
7	Mídia criptográfica	500	100%

Baseado em contratações anteriores e levando-se em consideração o quantitativo de certificados a vencer em 2020, ano no qual utilizaremos o orçamento de 2019.

3.1.2. Soluções/opções disponíveis no mercado

Atendendo ao objetivo de identificar legalmente e inequivocamente, no âmbito da rede mundial de computadores, magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Certificação Digital segue regras estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, associando uma entidade a um par de chaves criptográficas, o que confere a solução de caráter único para atendimento das demandas do processo de modernização do poder judiciário.

No processo de emissão de um certificado digital é necessário que o solicitante, pessoalmente, frente a uma Autoridade de Registro (AR) da Autoridade Certificadora (AC), escolhida para validar os dados preenchidos na solicitação, realize a chamada de validação presencial e agende diretamente com a AR que o instruirá sobre os documentos necessários. Quem escolher o certificado tipo A3 poderá receber da própria AR o token com o certificado digital.

3.1.3. Contratações públicas similares

Utilizando-se a ferramenta de pesquisa “Banco de Preços”, localizada no sítio web www.bancodeprecos.com.br, a qual permite consultar pregões eletrônicos realizados pelo sistema do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal (COMPRASNET) foram identificadas as seguintes contratações públicas similares:

1	Identificação	Contrato: 0662019 / UASG:926222
	Órgão	Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
	Objeto	Emissão de Certificado Digital A3, com Token Pessoa Física - Certificado digital A3 para pessoa física, conforme termo de referência.
	Fornecedor	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES LTDA
2	Identificação	NºPregão:14232019 / UASG:803080
	Órgão	MINISTÉRIO DA ECONOMIA Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) Regional São Paulo
	Objeto	CONTROLADOR ACESSO - CONTROLADOR ACESSO, TIPO TOKEN CRIPTOGRÁFICO USB, CAPACIDADE 72 KB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS USB COMPATÍVEL COM





		CERTIFICADO ICP BRASIL, GERENCIAMENTO ATRAVÉS DE UM PIN E DE UM PUK, COMPATIBILIDADE WINDOWS XP/LINUX, APLICAÇÃO CERTIFICAÇÃO DIGITAL, CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3
	Fornecedor	GEMALTO DO BRASIL CARTOES E TERMINAIS LTDA.
3	Identificação	NºPregão:392018 / UASG:80018
	Órgão	PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior do Trabalho Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região
	Objeto	Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física - Serviço de Validação, Emissão e Gravação de Certificado digital, Cert-JUS, Institucional, A3, para Pessoa Física.
	Fornecedor	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES LTDA

Como as contratações exposta acima não possuem todos os itens necessários ou somente alguns itens, na tabela abaixo destacamos as contratações e os valores unitários de cada item, sendo este o único preço encontrado. Trata-se de mero referencial de preço, sendo necessário a pesquisa de mercado para obtenção dos custos da solução.

ITEM	CONTRATAÇÕES “SIMILARES” (VALOR UNITÁRIO)			
	1	2	3	MÉDIA
1	-	-	-	-
2	-	-	R\$88,00	R\$88,00
3	-	-	-	-
4	R\$74,97	-	-	R\$74,97
5	-	-	-	-
6	-	-	-	-
7	R\$19,08	R\$23,36	-	R\$21,22

3.1.4. Requisitos do objeto

O processo aqui pretendido destina-se ao registro de preços de certificados digitais para pessoas físicas, visitas técnicas para emissão destes certificados, mídias criptográficas e equipamentos de redes destinados ao atendimento das necessidades do TJPA e deverá considerar os seguintes requisitos básicos nos itens abaixo.

3.1.4.1. Certificados digitais para pessoas físicas e jurídicas:

3.1.4.1.1. Certificado Digital para pessoa física do tipo A3 (e-CPF):

Certificado digital para pessoa física do tipo A3, padrão e-CPF ICP-Brasil, com prazo de validade de 03 (três) anos;

Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;

3.1.4.1.2. Certificado Digital para pessoa física do tipo A3 (Cert-Jus):

Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão AC-JUS ICP-Brasil, para magistrados e servidores com prazo de validade de 03 (três) anos;

Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;





3.1.4.1.3. Certificado Digital para pessoa jurídica do tipo A1 (e-CNPJ):

Certificado digital do tipo A1 para pessoa jurídica, padrão AC-JUS ICP-Brasil, com prazo de validade de 1 (um) ano;

Deve permitir a utilização para os casos a seguir: conectividade social/ICP (recolhimento FGTS), Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), Central de Serviços da Receita Federal (e-CAC), ComprasNet, entre outras destinações.

3.1.4.1.4. Mídia Criptográfica tipo token:

Chassi resistente à água e violação;

Possibilitar o armazenamento de certificados digitais do tipo A3, da cadeia V5 AC JUS/ICP-Brasil e e-CPF/ICP-Brasil;

Possuir memória mínima de 72 (setenta e dois) KBytes;

Permitir o armazenamento de no mínimo 3 (três) certificados digitais e seus pares de chaves, tamanho 2.048 bits SHA-2;

Possuir, no mínimo, certificação para o nível 03 de segurança do padrão FIPS 140-2 (Federal Information Processing Standards Publications);

O número de tentativas consecutivas de erro do PIN (código de acesso do usuário), bem como do PUK (código de acesso do administrador) deverá ser de no máximo 15 (quinze);

Led com indicação de operação;

O produto deverá ser entregue com solução de gerenciamento das funções básicas do token, para Windows 7 e versões superiores, Linux (kernels 2.4 ou superiores e estáveis) e Mac OS X 10.4 Tiger e versões superiores;

Ser compatível com o programa gerenciador de token SafeNet Authentication Client 8.1 SP2(8.1.425.0) e versões posteriores, que permita a instalação em português e importação e exportação de certificado;

Suporte padrão para aplicações usando PKCS#11;

Disponibilizar driver para que os frameworks Java JCA e Java JCE se comuniquem em perfeita harmonia com a biblioteca PKCS#11 nativa do token, de tal forma que





aplicações em Java possam utilizar qualquer das funcionalidades existentes no padrão PKCS#11 por meio dos frameworks Java JCA e Java JCE;

Token criptográfico USB, homologado em conformidade com o padrão ICP-Brasil e constante na lista de homologação disponível no site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) segundo o link [https://www.iti.gov.br/images/repositorio/legislacao/documentos-principais/04/DOC-ICP-04 - Versao 7.0 -](https://www.iti.gov.br/images/repositorio/legislacao/documentos-principais/04/DOC-ICP-04_-_Versao_7.0_-) ;

Total compatibilidade com os certificados digitais A3 para pessoas físicas e jurídicas;

Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos, de no mínimo 06 (seis) caracteres, ou de acordo com os critérios do TJPA;

Permitir a inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (*Pin Unlock Key*);

Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer a partir da versão 11, Mozilla Firefox a partir da versão 52.2, Google Chrome a partir da versão 59 e Apple Safari a partir da versão 3.2.1.

Possuir conector USB, tipo A (macho), versão 1.0 (compatível com 2.0) ou superior;

Permitir a conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;

Utilizar algoritmo simétrico 3-DES ou AES, com chaves de, no mínimo, 128 bits para cifrar as chaves privadas armazenadas;

Utilizar algoritmo simétrico 3-DES com três chaves distintas (k1, k2 e k3);

Utilizar algoritmo RSA/SHA-2 ou RSA/SHA-1 para geração de assinaturas;

Possuir algoritmo simétrico AES, sua chave gerada por derivação, a partir de um código de acesso escolhido pelo titular do repositório;

Possuir CSP – Cryptographic Services Provider para Windows (Windows 7 e versões superiores) e em conformidade com o padrão da CryptoAPI 2.0, da Microsoft (Windows 7 e versões superiores);

Possuir biblioteca de objetos compartilhados em ambiente Linux (.so) e dynamics-link library (.dll) em ambiente Windows que implemente, em sua completude, o padrão PKCS#11 v2.0 ou mais recente;

Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4;





Permitir a exportação automática de certificados armazenados no dispositivo para o Certificado Store no ambiente Microsoft Windows 7 e versões superiores;

Permitir personalização eletrônica através de parâmetro identificador interno (label);

Permitir a gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459 (Request for Comments 2459);

Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo;

Implementar mecanismo de autenticação tipo challenge-response;

Avisar o titular do dispositivo, a cada vez que uma função for ativada, utilizando a sua chave privada. Nesse caso, deverá haver autenticação para liberar a utilização pretendida;

Bloquear a exportação da chave privada, condicionando as transações que forem utilizadas dentro do token;

Permitir a exportação dos certificados armazenados na mídia;

Importar os certificados em formato PKCS#7 para a área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315 (Request for Comments 2315);

Importar os certificados em formato PKCS#12 para a área de armazenamento do dispositivo;

Visualizar os certificados armazenados no dispositivo.

3.1.4.1.5. Visitas aos órgãos do Judiciário para emissão de certificados digitais:

O serviço compreende a realização de visita técnica com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais do Tipo A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ), equipamento de rede do tipo wildcard e do Tipo A3 para pessoa física (e-CPF e Cert-Jus);

As visitas para as emissões dos certificados digitais A3 poderão ser realizadas nas dependências do órgão na capital e nas outras 111 comarcas do TJPA. Também poderão ser utilizados postos de atendimentos em outras localidades, no caso da contratada possuir infraestrutura disponível;

Deverão ser emitidos, no mínimo, 10 (dez) certificados digitais por visita no caso de emissões de certificados nas sedes dos órgãos do Judiciário, independentemente do quantitativo de profissionais da CONTRATADA envolvidos na prestação do serviço;





As visitas dos representantes da CONTRATADA aos locais, para emissão de certificados nas dependências da CONTRATANTE, será feita sob demanda, estando essa obrigada a encaminhar o quantitativo de certificados (usuários) que serão contemplados, bem como o período, em dias e em horas, em que se dará a prestação do serviço;

As visitas deverão ocorrer no período das 08h às 16h, em dias úteis, devendo os trabalhos, para efeito de cômputo, iniciarem exatamente às 08h da manhã (oito horas por visita);

Não serão computadas as horas em que ocorrerem problemas de qualquer ordem (problemas nos equipamentos da CONTRATADA, interrupções das atividades inerentes à certificação por meio da internet, cuja responsabilidade não seja deste Tribunal, ausência temporária dos representantes etc.);

A visita para emissão de certificados para magistrados e servidores, em caso de necessidade, poderá ser realizada individualmente;

O TJPA proverá espaço físico para realização das visitas e o acesso à Internet;

A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser sanada pela contratada;

O prazo para atendimento, depois da notificação junto à CONTRATADA, por qualquer meio, é de até 02 (dois) dias úteis;

A CONTRATADA deverá atender às solicitações por visitas locais somente quando realizadas pelos gestores/fiscais do contrato;

Na impossibilidade de comparecimento do Magistrado ou Servidor, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local será considerado como prestado;

Não será computada, como visita, o deslocamento dos magistrados e/ou servidores que não puderam comparecer nos locais disponibilizados pelo Tribunal, ou seja, casos estes se dirijam aos postos de atendimento da CONTRATADA por motivos, tais como: férias, licença saúde etc.

3.1.4.1.6. Certificado digital remoted A3 para pessoa física (e-CPF):

Certificado digital para pessoa física do tipo A3, padrão e-CPF, com prazo de validade de 05 (cinco) anos;

Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;





Deve permitir acessar o Certificado a qualquer hora e em qualquer lugar, bastando ter conexão à internet;

Deve permitir o uso em diversos computadores sem a necessidade de mídias criptográficas;

Deve permitir saber em qual aplicação o Certificado foi utilizado e redefinição de senha sempre que necessário;

Deve permitir ser utilizado nos principais navegadores e sistemas operacionais, inclusive no MAC OS;

Deverá fazer parte do fornecimento do certificado digital do tipo remoteID A3 para pessoa física (e-CPF) a visita presencial (em caso de contratada que não tenha representação física em Belém) para validação da documentação e coleta de assinaturas, sem custos adicionais para o TJPA.

3.1.4.2. Certificados digitais para equipamentos de rede:

3.1.4.2.1. Certificado digital wildcard para servidores web do tipo A1:

Certificado tipo WILDCARD, que permite certificar um único domínio e infinitos subdomínios;

Certificado SSL de validação de empresa (OV);

Instalação em servidor adicional sem custo e ilimitado;

Licença de uso do mesmo certificado em ilimitados servidores e/ou equipamentos;

Reemissão gratuita e ilimitada durante o período de validade do certificado;

Utilizar algoritmo de criptografia SHA-2 de 256 bits;

Suportar chaves RSA com 2048 bits;

Ser compatível com o protocolo SSL- Secure Sockets Layer, versões SSLv2, SSLv3, TLS — Transport Layer Security na versão TLSv1 (SSLv3.1) e HTTPS;

Compatível com 100% dos servidores WEB que suportem os protocolos SSL e TLS, dentre eles podemos explicitar Apache, Microsoft Internet Information Service, Tomcat, JBOSS, OpenShift e Nginx;

Ser reconhecido por todos os navegadores web que suportem certificados SSL/TLS - dentre eles, os browsers Microsoft Internet Explorer a partir da versão 11, Mozilla Firefox a partir da versão 52.2, Google Chrome a partir da versão 59 e Apple Safari - sem





a necessidade de nenhuma intervenção manual do usuário ou instalação de cadeias adicionais;

Compatível com dispositivos móveis, celulares, smartphones e tablets;

Possuir selo de segurança Site Seguro;

Verificação do status do Certificado em tempo real (OCSP);

Possuir conformidade WebTrust;

Incluir prestação de suporte técnico remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e selo do site seguro e outras necessárias à perfeita execução do objeto contratado;

A prestação do suporte técnico remoto deve ser no idioma português, em horário comercial e com prazo de atendimento de até 8 (oito) horas a partir da abertura do chamado;

Garantia de reposição do Certificado ou a correção da solicitação pendente, em caso de constatação de erro técnico no CSR, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a emissão do mesmo;

Validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, contada a partir da data de sua emissão; Caso necessite de visita presencial para validação da documentação e coleta de assinaturas para o fornecimento do certificado digital SSL do tipo WILDCARD os custos se darão por conta da contratada.

3.2. Diferentes soluções que atendam aos requisitos

Não existem diferentes soluções que atendam os nossos requisitos, motivo pelo qual é necessário fazer uma nova contratação ou registro de preços.

No entanto, como há necessidade de aderir aos itens sob demanda, faz-se necessário a elaboração de um registro de preços.

3.2.4. Disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Não se aplica, por não existir solução diferente que atenda aos requisitos.

3.2.5. Soluções existentes no Portal de Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>);

Não se aplica por não se tratar de uma solução de software, a despeito de existir software envolvido no processo, a solução de Certificação Digital não envolve o desenvolvimento de um Sistema para o atendimento da demanda.

3.2.6. Capacidade e as alternativas do mercado de TIC;

Não se aplica por não se tratar de solução de software, conforme descrito no item 3.2.2.





3.2.7. Observância ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário;

Não se aplica por não se tratar de solução que tenha de observar as regulamentações estabelecidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

3.2.8. Aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);

Por se tratar de um registro de preços de Certificados Digitais ICP-Brasil com fornecimento de dispositivos tokens criptográficos para seu armazenamento, a contratação é plenamente aderente à legislação vigente e normas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

3.2.9. Observância ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus);

Não se aplica a esta contratação.

3.2.10. Orçamento estimado.

Foi realizada a média de preço entre as propostas enviadas e as atas de registro de preço vigentes para a formação de preço médio, conforme tabela resumida abaixo e tabela detalhada em anexo.

ITEM	Descrição	QTD		PROPOSTA SAFEWEB	PROPOSTA CERTISIGN	PROPOSTA AR DIGITAL	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
1	Certificado digital A3 para pessoa física (e-CPF)	200		R\$ 235,00	R\$ 248,00	R\$ 160,00	R\$ 214,33	R\$ 42.866,67
TOTAL								R\$ 42.866,67

ITEM	Descrição	QTD	Contrato : 0662019 / UASG:92 6222	Pregão:392018 / UASG:80018	PROPOSTA CERTISIGN		PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
2	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 para pessoa física (Cert-JUS)	1000	R\$ 19,16	R\$ 88,00	R\$ 330,00		R\$ 145,72	R\$ 145.720,00
TOTAL								R\$ 145.720,00

ITEM	Descrição	QTD		PROPOSTA SAFEWEB	PROPOSTA CERTISIGN	PROPOSTA AR DIGITAL	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)	1		R\$ 230,00	R\$ 255,00	R\$ 156,00	R\$ 213,67	R\$ 213,67
TOTAL								R\$ 213,67

ITEM	Descrição	QTD	Contrato : 0662019 / UASG:92 6222	PROPOSTA SAFEWEB	PROPOSTA CERTISIGN		PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA

4	Visita técnica para validação e emissão de certificados digitais	40	R\$ 74,97	R\$ 200,00	R\$ 850,00	R\$ 374,99	R\$ 14.999,60
TOTAL							R\$ 14.999,60

ITEM	Descrição	QTD			PROPOSTA CERTISIGN	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
5	Certificado digital wildcard para servidores web do tipo A1 24 meses	2			R\$ 2.095,80	R\$ 2.095,80	R\$ 4.191,60
TOTAL							R\$ 4.191,60

ITEM	Descrição	QTD			PROPOSTA CERTISIGN	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
6	Certificado digital remotelD A3 para pessoa física (e-CPF) 60 meses	2			R\$ 675,00	R\$ 675,00	R\$ 1.350,00
TOTAL							R\$ 1.350,00

ITEM	Descrição	QTD	Contrato : 0662019 / UASG:926222	Pregão:14232019 / UASG:803080		PROPOSTA AR DIGITAL	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
7	Mídia criptográfica	500	R\$ 19,08	R\$ 23,36		R\$ 49,90	R\$ 21,22	R\$ 15.390,00
TOTAL							R\$ 15.390,00	

Orçamento estimado de: R\$224.731,53

3.3. Análise e comparação entre os custos totais das opções identificadas e a apresentação do orçamento estimado

Não haverá outros custos além dos indicados no orçamento estimado, levando-se em consideração que será feita a adesão apenas ao quantitativo necessário às demandas do órgão.

3.4. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a execução deste contrato.

3.5. Escolha e justificativa da solução

O registro de preços de Certificados Digitais ICP-Brasil tipo A3 com fornecimento de dispositivos *tokens* criptográficos para seu armazenamento e visitas técnicas para emissão de Certificados atendem a uma necessidade dos sistemas integrantes do



Assinado digitalmente por DANIEL AZEVEDO FERREIRA, ERICK JOHNY MACIEL BOL, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA, ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE e DANIEL FONTES PEREIRA.
Documento Nº: 2297323.15084515-7133 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>





processo de modernização do poder judiciário – “Processo Administrativo Digital”, “Protocolo Integrado”, “SigaDoc”, “Devolução Eletrônica de Mandados” e “Alvará eletrônico”, existentes no Sistema Libra e PJe do Processo Judicial Eletrônico, bem como o uso dos sistemas externos de informações e processos judiciais (Infojud, Renajud, Bacenjud, Serasajud, SEEU e PJe – CNJ) – que demandam do magistrado e do servidor, assim como de todos os documentos gerados por estes, garantindo o não repúdio de suas atividades, garantindo a autenticidade mediante o uso dos certificados digitais Cert-JUS do tipo A3.

Além disso, o CNJ sinalizou na resolução 90 em seus artigos 6º, IV, que os sistemas de automação deverão atender a padrões de desenvolvimento, suporte operacional e segurança da informação oferecendo suporte à certificado digital padrão ICP-Brasil. Desta forma, é determinante a necessidade da aquisição de novos certificados digitais, além de sua renovação constante e gradual dos que estão próximos ou que já tenham expirado sua validade.

Art. 6º Os sistemas de automação deverão atender a padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, gestão documental, interoperabilidade e outros que venham a ser recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ. (Redação dada pela Resolução nº 136, de 13.07.11)

§ 1º As novas aplicações de sistemas de automação de procedimentos judiciais deverão:

I - ser portáteis e interoperáveis;

II - manter documentação atualizada;

III - ser homologadas antes de entrar em produção;

IV - oferecer suporte para assinatura baseado em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

3.6. Descrição do objeto

Registro de preço de certificados digitais do tipo wildcard para servidores web, pessoa jurídica (e-CNPJ), remoteID, A3 AC-JUS e e-CPF para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, incluindo visitas para emissão dos certificados e o fornecimento de tokens criptográficos.

3.7. Alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos

A demanda objeto deste Estudo Preliminar encontra consonância com o Plano de Gestão do Biênio 2019-2021, Ação 11.3: APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO;

3.8. Objetivos com o registro de preços

Prover Infraestrutura de TIC apropriada às demandas judiciais e administrativas;

Aprimorar a segurança da informação;





Primar pela satisfação dos usuários;

Atendimento sob demanda.

3.9. Benefícios a serem alcançados com o objeto a ser contratado

Segurança.

Aumentar o nível de segurança das informações e da rede do TJPA, tanto interna quanto externamente ao Órgão.

Economicidade.

Minimizar/eliminar o fluxo de papel atualmente presente no TJPA e, por conseguinte, baixar os custos dos processamentos administrativos, consoante previsto no Planejamento de Gestão do TJPA para o biênio 2019-2021.

Eficiência.

Garantir a utilização de assinaturas digitais elevando-se, assim, o grau de segurança na tramitação dos documentos nos sistemas existentes.

3.10. Relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens/serviços a serem contratados

Levou-se em consideração a quantidade de certificados a vencer em 2020 e a possível entrada de novos magistrados/servidores. O que exceder isso não se perde, pois pode-se usar para os meses seguintes com a possibilidade de postergar a próxima contratação.

Item	Descrição	Demanda Prevista	Quantidade de Bens/Serviços	Crítérios de Aferição da Quantidade	Documentos e outros Meios Probatórios
1	Certificado digital A3 para pessoa física (e-CPF)	200 para o período de 12 meses	200 certificados Ecpf A3	Certificados a vencer no período e histórico de contratações de exercícios anteriores.	Planilha de Controle da Certificação no sharepoint
2	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 para pessoa física (Cert-JUS)	1000 para o período de 12 meses	1000 certificados Ac Jus A3	Certificados a vencer no período e histórico de contratações de exercícios anteriores.	Planilha de Controle da Certificação no sharepoint
3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)	1 para o período de 12 meses	1 certificado Cnpj A1	Foi considerada a quantidade de certificados contratados e a validade de 1 ano de cada um deles.	Baseado na validade de 1 ano de cada certificado.
4	Visita técnica para validação e	40 para o período de 12 meses	40 visitas para emissão	Certificados a vencer nas comarcas interior onde não	Planilha de Controle da Certificação no sharepoint





	emissão de certificados digitais		presencial certificado	de existirem posto de atendimento, atendimento de magistrados/servidores com dificuldade de locomoção.	
5	Certificado digital wildcard para servidores web do tipo A1	2 para o período de 24 meses	2 Certificados Wildcard emitidos	Foi considerada a quantidade de certificados a serem emitidos no período de 2 Anos.	Baseada na quantidade de certificados a serem emitidos no período de 2 Anos.
6	Certificado digital remoteID A3 para pessoa física (e-CPF) 60 meses	2 para o período de 60 meses	2 Certificados do Tipo remoteID emitidos.	Quantidade de Pessoas envolvidas na utilização do mesmo.	Quantidade de Pessoas envolvidas na utilização do mesmo.
7	Mídia criptográfica	500 para o período de 12 meses	500 mídias criptográficas.	Certificados a vencer no período e histórico de contratações de exercícios anteriores.	Quantidade de certificados a contratar retirando o quantitativo de mídias restantes (500).

3.11. Necessidade de adequação do ambiente do órgão

Não haverá necessidade de adequação ao ambiente pois toda a infraestrutura necessária será provida pelo TJPA.

3.12. Infraestrutura tecnológica;

Será provido pelo TJPA.

3.13. Infraestrutura elétrica;

Será provido pelo TJPA.

3.14. Espaço físico;

Será provido pelo TJPA.

3.15. Mobiliário;

Será provido pelo TJPA.

3.16. Impacto ambiental.

Não se aplica





3.17 Histórico de contratações anteriores no TJPA

As duas contratações anteriores foram adesões de ata, no que segue: 046/2014 INPI-RJ com a empresa SOLUTI, contrato 031/2015 e ATA 58/2016 CNJ, contrato 069/2016 com as empresas CERTISIGN (certificados digitais) e SOLUTI(token).

Não houve ressalvas ou orientações feitas pela Assessoria Jurídica do TJ em seu parecer e em suas análises de conformidade.

4. SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

4.1. Recursos materiais e humanos

A Secretaria de Informática e a Divisão de Administração de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas acompanharão o contrato durante sua vigência.

Quanto aos recursos materiais, o Tribunal de Justiça Estadual do Pará proverá o espaço físico para a realização das visitas, infraestrutura elétrica, lógica e acesso à internet

4.2. Descontinuidade do fornecimento

As atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça Estadual do Pará que demandam a utilização de Certificado Digital não terão um impacto direto na eventualidade de uma descontinuidade do fornecimento. A emissão dos Certificados Digitais e o fornecimento de *tokens* de armazenamento podem ser realizados por qualquer Autoridade Certificadora que esteja subordinada à hierarquia do ICP-Brasil.

4.3. Transição contratual e de encerramento do contrato, que contemplem, no mínimo:

4.3.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos do registro de preços;

Não se aplica, pois a Certificação Digital não é uma solução em que há desenvolvimento de software com versionamento.

4.3.2. Transferência final de conhecimentos;

A transferência de conhecimento sob a execução e manutenção da solução será feita durante o processo de emissão dos Certificados pela empresa CONTRATADA.

4.3.3. Devolução de recursos materiais;

Não se aplica, pois não haverá fornecimento de recursos materiais.

4.3.4. Revogação de perfis de acesso;

Não se aplica, pois não serão definidos perfis de acesso.

4.3.5. Eliminação de caixas postais.

Não se aplica, pois não serão criadas caixas postais.

De forma semelhante a uma possível descontinuidade de fornecimento, as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça Estadual do Pará que demandam a utilização de





Certificado Digital não terão um impacto direto na eventualidade de uma transição contratual. A emissão dos Certificados Digitais do tipo A3 AC-JUS, padrão ICP-Brasil, e o fornecimento de *tokens* de armazenamento podem ser realizados por qualquer Autoridade Certificadora que esteja subordinada à hierarquia do ICP-Brasil.

4.4. As regras para estratégia de independência do órgão com relação à empresa contratada, que contemplem, no mínimo:

4.4.1. A forma de transferência de conhecimento tecnológico;

Não se aplica, não se trata de uma solução em que há desenvolvimento de software.

4.4.2. Os direitos de propriedade intelectual e autorais da solução de tecnologia da informação e comunicação.

Não se aplica, não se trata de uma solução em que há desenvolvimento de software.

De modo similar à transição contratual e a descontinuidade do fornecimento, as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça Estadual do Pará que demandam a utilização de Certificado Digital não terão um impacto direto na eventualidade de uma transição contratual ou descontinuidade. A emissão dos Certificados Digitais do tipo A3 AC-JUS, padrão ICP-Brasil, e o fornecimento de *tokens* de armazenamento podem ser realizados por qualquer Autoridade Certificadora que esteja subordinada à hierarquia do ICP-Brasil.

5. ESTRATÉGIA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Natureza do objeto

O objeto deste Termo de Referência é a seleção de empresa especializada no fornecimento de Certificados Digitais padrão ICP-Brasil tipo A3 com fornecimento de dispositivos *tokens* criptográficos para seu armazenamento e visitas técnicas para emissão de Certificados que atendem a uma necessidade dos sistemas integrantes do processo de modernização do poder judiciário – “Processo Administrativo Digital”, “Protocolo Integrado”, “SigaDoc”, “Devolução Eletrônica de Mandados” e “Alvará eletrônico”, existentes no Sistema Libra e PJe do Processo Judicial Eletrônico, bem como o uso dos sistemas externos de informações e processos judiciais (Infojud, Renajud, Bacenjud, Serasajud, SEEU e PJe – CNJ) – que demandam do magistrado e do servidor, assim como de todos os documentos gerados por estes, garantindo o não repúdio de suas atividades, garantindo a autenticidade mediante o uso dos certificados digitais Cert-JUS do tipo A3.

5.2. Parcelamento do objeto

Considerando que os itens do lote 1 não podem ser fornecidos por empresas diferentes devido ao fato dos bens e serviços agrupados estarem intrinsecamente relacionados. Por praxe, o mercado atende a este requisito entregando tais bens e serviços como uma solução indissociável de modo a ser fornecido por uma só empresa. Desta forma,





assegura-se a eficiência no emprego dos recursos financeiros para a aquisição da solução pretendida.

Entendemos que os referidos itens deverão estar agrupados no mesmo lote afim de que sejam atendidos por um único contratado.

Ademais os outros lotes, por não terem dependência com os itens do lote 1 poderão ser contratados por uma ou várias empresas, sobretudo para aumentar a concorrência e, conseqüentemente reduzir o preço das soluções.

O parcelamento será realizado segundo os itens do registro de preços do lote 1 que deverão ser adjudicados para um único fornecedor, enquanto os itens dos lotes 2, 3 e 4 poderão ser adjudicados para fornecedores diferentes.

LOTE	ITEM	PRODUTO
1	1	Certificado digital A3 para pessoa física (e-CPF)
	2	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 para pessoa física (Cert-JUS)
	3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)
	4	Visita técnica para validação e emissão de certificados digitais
2	1	Certificado digital wildcard para servidores web do tipo A1 24 meses
3	1	Certificado digital remoteID A3 para pessoa física (e-CPF) 60 meses
4	1	Mídia criptográfica

5.3. Adjudicação do objeto

A adjudicação será feita para a empresa que apresentar o menor valor para cada lote.

5.4. Modalidade e tipo de licitação

Optou-se pelo uso do Sistema de Registro de Preços, a ser realizado através de pregão eletrônico, haja vista a necessidade de contratações frequentes e pela impossibilidade de definir exatamente o quantitativo a ser demandado pela TJPA e por não termos no presente momento o recurso financeiro na sua totalidade.

5.5. Classificação e indicação orçamentária

Os valores decorrentes dessa despesa foram previstos na dotação orçamentária própria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, vigente para o exercício de 2019. Por conseguinte, foram relacionados no Plano de Contratações da Secretaria de Informática para o ano de 2019. Pelo exposto, destaca-se a disponibilidade orçamentária para





atender a contratação na funcional programática 02.061.1417.7638, elemento de despesa 339039.

Considerando que para o ano de 2019 só temos provisionados R\$50.000,00, faz-se necessário a complementação com os recursos do ano de 2020.

A distribuição destes recursos atenderá o Tribunal da seguinte forma:

1º Grau: 70%

2º Grau: 15%

Apoio: 15%

5.6. Dos prazos

5.6.1. Prazos de entrega dos bens/execução dos serviços

O prazo de fornecimento dos certificados e-CNPJ e WILDCARD deverá ser no máximo de 1(um) dia útil após realização da visita presencial ou agendamento na empresa para coleta de assinaturas e validação de documentos. A emissão do certificado digital deverá ser feita pela internet, por meio de link para download a ser disponibilizado para a Contratante;

O prazo de fornecimento dos certificados e-CPF e Cert-JUS deverá ser durante a realização da visita presencial ou agendamento na empresa para coleta de assinaturas e validação de documentos. A emissão do certificado digital deverá ser feita na mídia criptográfica;

O prazo de fornecimento do certificado remotelD deverá ser de no mesmo dia da realização da visita presencial ou agendamento na empresa para coleta de assinaturas e validação de documentos. A emissão do certificado digital deverá ser feita pela internet, por meio de link para download a ser disponibilizado para a Contratante;

O prazo de fornecimento das mídias criptográficas deverá ser de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

O prazo para a realização da visita presencial para coleta de assinaturas e validação de documentos deverá ser de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento do pedido de visita.

5.6.2. Prazo de vigência da ata de registro de preços

A ARP terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

5.6.3. Prazo de garantia dos bens e/ou serviços

O prazo de garantia entrará em vigor a partir da data de emissão do certificado e terá o tempo de duração da validade de cada tipo de certificado.

A mídia criptográfica do tipo token deve possuir garantia mínima de 3 (três) anos, contados a partir da data de emissão do certificado.

5.7. Análise de Riscos

Risco	Risco:	Encerramento do saldo da Ata de Registro de Preço (ARP)		
	Probabilidade:	Id	Dano	Impacto
Risco 1	Baixa	2	Descontinuidade no fornecimento de certificados digitais e <i>tokens</i> de armazenamento.	Alto
		Id	Ação de Mitigação e Contingência	Responsável
		1	• Providenciar contratação emergencial	Fiscais do contrato





	2	• Elaboração de Termo de Referência	Secretaria de Informática	
Risco 2	Risco:	Descumprimento das Condições de entrega e visitas locais		
	Probabilidade:	Id	Dano	
	Baixa	2	Descontinuidade na renovação e no fornecimento de novos certificados digitais e tokens de armazenamento.	
			Impacto	
			Alto	
		Id	Ação de Mitigação e Contingência	Responsável
		1	• Fiscalizar a efetiva realização das cláusulas contratuais	Fiscais do contrato
	2	• Advertir formalmente a empresa contratada.	Fiscais do contrato	
	3	• Acompanhar as entregas e visitas locais.	Secretaria de Informática	

5.8. Relação dos membros da equipe de apoio à contratação

Integrante Demandante
 Nome: ERICK JOHNY MACIEL BOL
 Matrícula: 105937
 Telefone: (91) 3289-7181
 E-mail: erick.bol@tjpa.jus.br

Integrantes Técnicos
 Nome: DANIEL AZEVEDO FERREIRA
 Matrícula: 116394
 Telefone: (91) 3289-7177
 E-mail: daniel.ferreira@tjpa.jus.br

Integrante Administrativo
 Nome: ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE
 Matrícula: 141160
 Telefone: (91) 3205-3133
 E-mail: andrey.albuquerque@tjpa.jus.br

5.9. Relação dos membros da equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato
 Nome: DIEGO BAPTISTA LEITAO
 Matrícula: 123030
 Telefone: 3289-7160
 E-mail: diego.leitao@tjpa.jus.br

Fiscal Demandante
 Nome: ERICK JOHNY MACIEL BOL
 Matrícula: 105937
 Telefone: 3289-7181
 E-mail: erick.bol@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Fiscal Técnico
Nome: DANIEL AZEVEDO FERREIRA
Matrícula: 116394
Telefone: 3289-7177
E-mail: daniel.ferreira@tjpa.jus.br

Fiscal Administrativo
Nome: SIDALIA DO AMARAL FERREIRA
Matrícula: 892
Telefone: 3205-3107
E-mail: rhsidali@tjpa.jus.br

6. DECLARAÇÃO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O registro de preços é plenamente viável com base nos elementos descritos acima, deste estudo preliminar.

Belém, (dia) de janeiro de 2020.

(ASSINATURA DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO)



Assinado digitalmente por DANIEL AZEVEDO FERREIRA, ERICK JOHNY MACIEL BOL, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA, ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE e DANIEL FONTES PEREIRA.
Documento Nº: 2297323.15084515-7133 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



PAPRO201904240V02